

RUY FABIANO

Ponto de Vista

Paralisia fatal

Desde que tomou posse, há um ano, o atual Congresso dedicou-se a uma obstinada queda-de-braço com o Executivo. E venceu. Facilitou-lhe a vitória a Constituição em vigor, que lhe permite vetar tudo o que o Presidente propõe — ou mesmo veta —, sem que a este caiba qualquer recurso. A palavra final é sempre do Congresso. E há mais. A essa onipotência, não corresponde qualquer responsabilidade. Quem responde pelas consequências do que é vetado ou aprovado é sempre o Executivo. O Congresso veta ou aprova e devolve o abacaxi ao Presidente.

E é só. Ciente disso — e com o atraso de dois anos —, o presidente Collor capitulou. Desistiu de continuar enfrentando um poder que pode mais. E adentrou o circuito partidário. Foi um gesto de inteligência. Fez do PFL o seu partido e recrutou em seus quadros novos ministros. Sem maioria no Congresso, compreendeu ele, é impossível governar num regime democrático. E mais ainda quando as circunstâncias impõem drásticas reformas, que mexem com as estruturas e a cultura política da sociedade. Collor, reiteradas vezes, condicionou o êxito de seu governo a um conjunto de reformas, que julga modernizantes.

Reuniu-as em um só pacote, apelidado **Emendão**. E remeteu-as ao Congresso há uns oito meses. Pois bem: o pacote lá está, intocável, sem que as discussões em torno de sua viabilidade tenham sequer se iniciado. Consistem em medidas que reduzem substancialmente o papel do Estado na economia e removem barreiras protecionistas. O objetivo é tornar a economia brasileira mais atraente ao capital estrangeiro, reduzir o custo e aumentar a eficiência do Estado. Se as medidas são adequadas, só uma avaliação pormenorizada, a partir

de um amplo debate — funções do Legislativo —, poderá dizê-lo. Se forem, por que não adotá-las logo? E, se não, por que não buscar outras? Eis aí o problema: o Congresso está de braços cruzados, de olho nas eleições municipais, semgundo denuncia o líder do Governo na Câmara, Humberto Souto.

Em sua pauta, há projetos relevantes: privatização dos portos, revisão do Plano Plurianual do Governo, privatização da concessão de serviços públicos, mudanças na propriedade industrial, fixação de uma política de reajuste do salário mínimo, participação dos empregados nos lucros das empresas, além do próprio **Emendão**. Mas, desde o fim do recesso, há mais de um mês, nada foi votado. Somente agora foram instaladas as comissões permanentes, instâncias de avaliação técnica das propostas em tramitação. Mesmo a dramática situação dos aposentados não escapa à inércia: há um projeto que trata do assunto e que sequer recebeu parecer técnico pela simples razão de que as comissões não se haviam instalado. Por razões misteriosas, a Câmara decidiu que só vota às quartas-feiras. Não esclareceu o que fará nos outros dias.

Uma avaliação isenta da conjuntura brasileira há de apontar as graves responsabilidades do presidente Collor nesse processo. Elegeu-se à revelia dos partidos e da sociedade civil, a partir de engenhos de **marketing**. Não se estruturou para a missão. Pagou — e paga — por isso preço caro. Mas a mesma visão há de considerar que está buscando corrigir a rota. Demitiu ministros, articulou-se partidariamente e assiste, sem interferir, a uma constrangedora — mas necessária — faxina moral em sua administração. A bola da vez está com o Congresso. O Presidente é, hoje, seu refém político. E o País também.